

Neste segundo dossiê “Refugiados”, o primeiro foi publicado na edição de Travessia, nº 37, Ano XIII, MAIO-AGO/2000, a Revista Travessia e seus colaboradores querem contribuir para a melhor compreensão dos interesses, disputas, conflitos, efeitos das mudanças climáticas no âmbito das relações sociais e políticas que colocam em risco a vida de milhares de pessoas. Mas também quer contribuir para apontar o protagonismo dos migrantes e refugiados na sua busca por melhores condições de vida e inserção social.

Na edição 37, os autores dos textos abordavam a situação política e social dos refugiados de guerras dos países do Leste europeu, dos fugitivos da pobreza, dos conflitos étnicos no continente africano. Também falam sobre as ações de acolhida e proteção aos *desplazados* (deslocados) na América Central, sobre os migrantes e refugiados de guerra que chegaram ao Brasil entre as décadas de 1940 e 1950; abordam sobre as condições de vida, trabalho e articulação de jovens angolanos no Rio de Janeiro, sobre os migrantes nacionais internos na Região Norte do Brasil, então cognominados “soldados da borracha”, e que a autora Isabel Cristina M. Guillen chama de refugiados devido a condição política e social em que se encontravam.

Daquela edição 37, em 2000, para a presente (2016), ocorre uma multiplicação das pessoas refugiadas e deslocadas, causada por problemas que já estavam presentes nos primórdios e durante todo o século XX, e adentrando com força o Século XX como guerras, conflitos étnicos e culturais, fuga da pobreza. Atualmente, não só multiplicaram-se os números de refugiados, como emergiram novas questões sociais justapostas e articuladas às que já haviam.

A abordagem sobre refúgio e *desplazamiento* hoje ficaria com graves lacunas se não apontar também para a violência de gênero; os conflitos e violações de direitos devido a orientação sexual; o manejo predatório dos recursos naturais e as mudanças climáticas, cujos efeitos ameaçam o equilíbrio de ecossistemas inteiros, inviabilizando, inclusive, a reprodução social de grupos étnicos que os habitam, e ainda uma questão que parece sintetizar a crise humanitária atual, o drama de crianças migrantes forçadas e refugiadas, muitas delas separadas dos pais, que buscam uma nova chance de recomeçar suas vidas.

Uma em cada 113 pessoas no planeta é refugiada, deslocada (desplazada) ou solicitante de refúgio. Essa é uma triste constatação do ACNUR (UNHCR, 2016), no seu relatório Global Trends: forced displacement in 2015. Os deslocados e refugiados somavam 59,5 milhões

de pessoas no mundo em 2014. Já no final de 2015, houve um aumento de 10% e aquele número saltou para 65,3 milhões de pessoas originárias, principalmente, da Síria, Afeganistão e da Somália. Estes países têm sofrido com guerras, sangrentos conflitos internos e atividades econômicas alicerçadas na exploração de minérios, dentre eles ouro e diamante, gás, madeira, petróleo para exportação como matéria prima. O UNICEF (2016) aponta em seu relatório anual que, em 2015 haviam no mundo cerca de 50 milhões de crianças migrantes, deslocadas ou refugiadas, sendo que boa parte delas vivia separada dos seus pais.

Entre os 10 países que mais acolhem refugiados, a Turquia aparece com cerca de 2,5 milhões de refugiados, o Paquistão com cerca de 1,5 milhão, o Líbano que, para cada mil habitantes, conta com 183 pessoas refugiadas, etc. A República Democrática do Congo aparece em nono lugar com aproximadamente 400 mil pessoas refugiadas acolhidas em seu território (UNHCR, 2016). Paradoxalmente, a República Democrática do Congo aparece em sexto lugar em uma lista dos 10 países de maior origem de pessoas refugiadas ou solicitantes de refúgio no mundo.

A República Democrática do Congo também ocupa o quarto lugar numa lista dos 10 países com mais nacionais refugiados no Brasil. De acordo com o CONARE (2016), até abril de 2016, o Brasil tinha acolhido 8.863 pessoas refugiadas, dentre elas 968 congolezes, e os demais pertencentes a 78 nacionalidades, sendo a Síria a mais numerosa com 2.298 pessoas. Daquele total de refugiados no Brasil, 18% (816) eram crianças e adolescentes. Em 2010, o Brasil tinha 966 pessoas solicitantes de refúgio. Em 2015, os solicitantes de refúgio no país somavam 28.670 pessoas, representando um aumento de 2.868% (CONARE, 2016).

Por trás dessas estatísticas há pessoas buscando acolhimento, proteção e um “começar de novo” para suas vidas. E com isso elas interpelam instituições, associações, ONGs e gestores públicos não apenas com questões econômicas, jurídicas, políticas.

Neste dossiê, a migração e o refúgio são abordados na perspectiva do direito humano a ter direitos. Em um mundo no qual o desenvolvimento tecnológico permite solucionar problemas de produção, globaliza a economia e a comunicação, por que ainda persistem problemas de distribuição, pobreza e intolerâncias que, se por um lado, forçam milhares de pessoas a migrar pelo mundo, por outro, criam muralhas de concreto armado, muralhas jurídicas e culturais, negam o direito de migrar, de ser acolhido, discrimina e criminaliza os migrantes?

Com o objetivo de compreender as histórias e as relações sociais das pessoas escondidas nas estatísticas, os autores dos textos trazem, para o centro do debate sobre refúgio, temas relevantes como infância, cultura, sexualidade, gênero, religião, mudanças climáticas, acolhida, ética, articula à questões objetivas e subjetivas da vida humana como trabalho, segurança, medos, dignidade e direitos independentemente do território que escolher para trabalhar ou viver.

No texto *“Pensando eticamente sobre refugiados: um caso para transformação da governança global”*, Mervyn Frost vai nos dizer que os migrantes e refugiados nos apresentam, antes de qualquer questão, um problema ético. O autor propõe uma abordagem sobre a noção de sociedade civil global e a noção prática de sociedade global de Estados democráticos e democratizantes para fundamentar a pergunta central do seu texto, qual seja: como entender o lugar do migrante e do refugiado no contexto da sociedade civil global? Com base na teoria constitutiva, Frost propõe uma compreensão dos processos migratórios para além dos problemas econômicos, políticos, culturais, religiosos, etc. Para ele, a questão central com a qual migrantes e refugiados nos interpelam é essencialmente ética. A partir daí, o autor aponta para a necessidade e legitimidade da cidadania global com base nos direitos civis que são, em termos políticos e sociológicos, semelhantes nos Estados democráticos e democratizantes.

Isadora Lins França e Maria Paula Oliveira abordam sobre o processo histórico e social no qual emerge a categoria “refugiados LGBTI” no plano conceitual, discursivo e político. As autoras debatem o tema na interface de outras categorias sociais e sociológicas como gênero, identidade de gênero, sexualidade e refúgio, no texto *“Refugiados LGBTI: gênero e sexualidade na articulação com refúgio no contexto internacional de direitos”*. Esse entroncamento analítico de categorias as permite “abordar o refúgio na perspectiva dos direitos humanos e sexuais”.

No artigo *“Desafios para o reconhecimento dos refugiados ambientais no Sistema de Proteção Internacional”*, Kamilla Jungo debate os desafios ao reconhecimento político e jurídico do “refugiado ambiental”. A discussão é ancorada na constatação da crescente migração forçada de pessoas devido à mudanças climáticas. A autora observa a falta de legislação internacional que preveja o direito à proteção e à acolhida das pessoas atingidas, e sintetiza o debate sobre o tema sugerindo a inserção das mudanças climáticas nas estruturas

de proteção internacional e a viabilidade da proteção legal às pessoas por elas atingidas.

Ethel Kosminsky nos apresenta em *“Crianças refugiadas: crianças em alto risco?”* um grave problema social referente às crianças migrantes e refugiadas separadas dos pais em um contexto social de violência institucional, pobreza, guerras, conflitos étnicos e religiosos. A pesquisadora toma por base uma série de reportagens do jornal New York Times e o conceito de “crianças em risco” que envolve crianças em situação de rua, crianças migrantes e refugiadas como as que procuram fugir da Síria, do Afeganistão, do Irã, para viver em provisórias “cidades de tendas”, ou ainda para entrar na Europa. Ethel Kosminsky apresenta algumas narrativas sobre as trajetórias dessas crianças destacando a sua vulnerabilidade, o desequilíbrio do grupo familiar, suas dificuldades de acesso a direitos e de adaptação à vida social sem as suas famílias biológicas em outro país.

Os húngaros que imigraram ou se refugiaram no Brasil, ingressando na antiga Hospedaria do Imigrante, em São Paulo, tiveram suas principais características sistematizadas por Diogo G. M. Silva, Sênia R. Bastos e Maria R. R. Salles no artigo *“A presença húngara em São Paulo no pós Segunda Guerra Mundial”*. Seu ponto de partida é o final do Século XIX e o limiar do Século XX, em que a imigração húngara ganha volume no Brasil. Por um lado, os húngaros eram forçados a emigrar devido à crise econômica e à 1ª e 2ª Guerra Mundial que assolaram a Europa, por outro, eles eram atraídos pela política de imigração brasileira que lhes prometia trabalho, moradia, terra, etc. O perfil desses imigrantes e refugiados no Brasil é a questão central desenvolvida pelos autores.

Em *“Acolhida a migrantes e refugiados: desafios à ética da Pastoral do Migrante e à democracia no Brasil”*, José Carlos Pereira elabora uma reflexão panorâmica sobre os sentidos, e diferenças entre as ações de acolhida a migrantes e refugiados no Brasil. Enquanto para o Estado a acolhida se expressa na entrega de um documento, muitas vezes provisório como um protocolo, para a Pastoral do Migrante esta é apenas uma ação da acolhida que deve ser orientada pelos princípios éticos dos direitos universais da pessoa humana como a liberdade de participação e inserção na vida social. O autor aponta desafios à essa perspectiva ética e prática da Pastoral do Migrante e destaca que a capacidade de acolhimento está diretamente relacionada à consistência da democracia em uma sociedade.

Em duas entrevistas Kassoum Diémé explora o tema da migração haitiana no Brasil, a partir do olhar da pesquisadora Márcia Oliveira (UFRR) e da experiência do Pe. Paolo Parise, diretor do Centro de Estudos Migratórios-CEM e um dos coordenadores da Missão Paz, que é uma referência no acolhimento a migrantes na cidade de São Paulo. Na primeira entrevista, Kassoum Diémé conversa com Marcia Oliveira sobre as possibilidades de uma teoria geral da migração, os desafios que as migrações colocavam há 50 anos e os desafios colocados hoje (2016), e falam sobre o interesse dos imigrantes haitianos pelo Brasil. Na segunda entrevista, Kassoum Diémé conversa com o Pe. Paolo Parise sobre a história da Missão Paz e os serviços prestados aos migrantes; a presença e organização das mulheres migrantes, e das motivações que levam os migrantes a procurar a Missão Paz.

O conjunto dos artigos contribui para redimensionar o olhar, a interpretação e a intervenção, simultâneos e articulados, sobre a migração e o refúgio na atualidade. Não há questões estanques ou unilaterais capazes de mergulhar fundo e trazer à tona o cerne das motivações ou problemas sociais que impulsionam processos complexos e dinâmicos como as migrações e o refúgio.

A migração e o refúgio são reveladores de paradoxos, violências, injustiças, e também da capacidade de contribuição dos migrantes e refugiados para as sociedades que os acolhem. Nesse sentido, a migração e o refúgio exigem abordagem dialética, sensibilidade, criatividade e ousadia para a sua melhor compreensão no âmbito teórico e conceitual. Inspirados por Hanna Arendt (2007), podemos dizer que migração e refúgio exigem ações sociais, políticas, jurídicas e éticas (nem tudo que é legal é justo) articuladas, que garantam a acolhida e a proteção do outro como um gesto humano e concreto do direito a ter direitos.

Referências

ARENDR, Hanna. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2007.

CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados. *Sistema de Refúgio brasileiro: desafios e perspectivas*. Brasília: Ministério da Justiça, 2016.

UNICEF – United Nations Children’s Fund. *Uprooted: the growing crisis for refugee and migrant children*. New York: Unicef, 2016.